

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *Folha de São Paulo*

Class.:

H1R00172

Data *31 de Outubro de 1978*

Pg.:

Emancipação do índio vai a exame da Presidência

BRASILIA (Sicursal) — O ministro Rangel Reis, do Interior, encaminhou ontem à Presidência da República a minuta do decreto que regulamentará o capítulo do Estatuto do Índio referente à emancipação e à tutela exercida pelo Estado junto às populações indígenas, afirmando que "os índios nunca se preocuparam em conseguir a liberação da tutela, mas nós entendemos que esta hora chegou".

Segundo Rangel Reis, o ponto mais discutido do projeto — o que se refere à terra — ainda permanece dubio quanto à destinação da área habitada pelo índio ou pela comunidade no caso de emancipação. "Pensamos, por exemplo, em considerar inalienável a terra doada pelo União ao índio, mas me parece que depois de emancipado, em pleno gozo dos seus direitos civis, essa medida parece violar os direitos humanos dos índios" — admitiu.

PROJETO

Após muitos dias de sigilo absoluto em torno do projeto de emancipação de comunidades indígenas, quando fontes do Ministério do Interior garantiam que todos, inclusive o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, estavam proibidos de tocar no assunto com a imprensa, o ministro Rangel Reis revelou os principais aspectos do decreto.

Segundo explicou, ainda que o decreto faça muitas referências à questão da emancipação de índios individualmente e por comunidades, a minuta, na verdade, dá uma ênfase maior ao apoio que o governo pretende dar às comunidades indígenas brasileiras, através de uma ação integrada entre Ministérios e supervisão pela Funai.

De fato, um dos artigos da minuta prevê a composição de uma comissão permanente formada por representantes do Ministério do Interior, Agricultura, Saúde, Educação e Cultura e ainda da Secretaria do Planejamento para o desenvolvimento de um programa de apoio às comunidades indígenas, mesmo após a emancipação.

"A emancipação e a integração do índio pode vir como consequência desse programa" — disse o ministro, afirmando que o processo estava sendo encarado de forma inversa, "que nós consideramos ser muito eficaz para o bem estar dessa parcela da população brasileira".

TERRA

No capítulo que dispõe sobre a terra indígena, adiantou Rangel Reis que estas serão preservadas, em nome da União, mesmo depois da emancipação. Mas estava prevista, também, a possibilidade de doação aos índios, desde que a comunidade e a Funai estivessem de acordo, mas esse ainda é um ponto a ser discutido, segundo o ministro do Interior.

"No caso de doações, todas as precauções foram adotadas a fim de assegurar que a comunidade ou o índio individualmente não tenham qualquer prejuízo. Por exemplo, pensamos em considerar as terras inalienáveis, ponto sobre o que pessoalmente tenho dúvidas, pois sendo a comunidade emancipada, e em pleno gozo dos direitos civis, como prevê o Código Civil, talvez seja até um atentado contra os direitos humanos deles."

Rangel Reis criticou os antropólogos que participaram de uma reunião com a presidência da Funai, em setembro, em Brasília: "Reconheço que não foi uma boa reunião, porque não houve exame do texto. Mas, de um modo geral todos se colocaram contra a ideia da emancipação, por princípio, não contribuindo, assim, para nada".

PRINCIPAIS PONTOS

São os seguintes os principais itens da minuta entregue ontem ao presidente da República:

— Criação, dentro de 15 dias após a aprovação do decreto, de uma comissão encarregada de apoiar o índio e as comunidades indígenas mesmo após a emancipação, formada pelos Ministérios do Interior, Educação e Cultura, Trabalho, Previdência Social, Agricultura e pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

— Criação imediata de uma segunda comissão encarregada de fazer uma revisão do atual Estatuto do Índio, formada por representantes do Ministério do Interior, Justiça, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. O artigo prevê, também, a participação de índios, desde que tenham formação de nível superior.

— As terras nos quais vivem os indígenas emancipados continuarão pertencendo à União, com base na Constituição Federal. A exploração das terras ficará sob a responsabilidade dos índios que receberão apoio do plano formulado pela comissão integrada.

— Mediante pedido dos próprios índios, que mesmo morando em comunidades

preferiram controlar individualmente a exploração de um pedaço de terra, o Incra decidirá sobre a possibilidade de serem utilizadas áreas fora da reserva indígena.

— Para que o índio, como indivíduo, seja considerado emancipado, será necessário que tenha idade superior a 18 anos.

— A emancipação nesses casos será efetuada pelo Código Civil mediante requerimento da Funai, ouvido o índio, que deverá apresentar, ainda, um conhecimento razoável da língua portuguesa e habilitação para desempenhar atividades na comunidade nacional.

— No caso de comunidades, o projeto prevê que esta será declarada emancipada mediante aprovação, por decreto, do presidente da República, com base em requerimento feito pela maioria do grupo (2/3) com idade superior a 21 anos. O requerimento será examinado pelo Conselho Indigenista da Funai e em seguida, será encaminhado ao Conselho de Desenvolvimento Social.

Em Belém, ato de repúdio ao projeto

BELEM (Do Correspondente) — A celebração de uma missa e a leitura de um manifesto assinado pelo Grupo de Apoio ao Índio, da seccional do Pará da Associação Nacional de Apoio ao Índio, marcaram, domingo à noite, o ato de repúdio ao projeto de emancipação dos indígenas elaborado pelo Ministério do Interior. O ato foi realizado na Igreja Nossa Senhora da Aparecida, em Belém.

Em seu sermão, dirigido a uma assistência composta de diversos antropólogos, sociólogos, religiosos e estudantes, o padre Nello Ruffaldi, do Conselho Indigenista Missionário disse que "é lamentável que toda vez que alguém sai em defesa dos oprimidos, receba em troca massacre e morte", referindo-se às mortes do padre Simão, em julho de 76 e a do padre Rodolfo Lubenk, em novembro do mesmo ano, assassinado por um policial em Barra do Garças quando defendia duas índias.

Para o sacerdote, a emancipação dos indígenas "representa a perda da identidade do índio, a aquisição de doenças como a gripe, a blenorragia, sarampo e outras mais que, para nós, são de difícil cura, porém, para eles, são de consequências fatais", lembrando também a morte de centenas de índios no Brasil, "o roubo de suas terras, de sua castanha e de sua madeira na Amazônia".